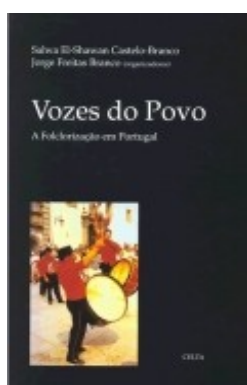


Resenha de Livro

CASTELO BRANCO, Salwa El-Shawan e BRANCO, Jorge Freitas. *Vozes do povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003.

José Carlos Teixeira Jr.¹



A partir de uma perspectiva múltipla, sugerida pela própria dimensão do tema abordado, *Vozes do Povo* é uma obra que explora o processo de institucionalização do folclore em Portugal. Através de 42 artigos produzidos por antropólogos, etnomusicólogos, historiadores, musicólogos, sociólogos, cientistas políticos, dentre outros especialistas, o presente livro nos trás um panorama da folclorização portuguesa. Mas, apesar dessa multiplicidade de abordagens, podemos apontar para a existência de um eixo comum: o caráter político do folclore. Esse caráter, em linhas gerais, apresenta-se compreendido a partir da relativa autonomia que o campo de produção, distribuição e consumo da chamada cultura popular assume desde os fins do século XIX.

Apesar da distinção entre cultura da elite e cultura do povo já existir desde séculos atrás, se tornou consenso afirmar que a institucionalização do chamado *folklore* (*folk* = povo; *lore* = saber) ocorreu no interior do processo de construção dos estados nacionais modernos. Isso se deu porque o então “saber do povo” assumiu uma importância estratégica nas diversas iniciativas de se tentar descobrir (no sentido científico da palavra) a identidade cultural de uma determinada nação. Mas, por muito tempo, acreditou-se que a existência de uma identidade cultural anterior e superior aos interesses privados e particulares, capaz de unir os cidadãos num estado de espírito verdadeiramente comum, foi o que permitiu que o então folclore adquirisse um legítimo estatuto de estado.

No artigo que inaugura a obra, o historiador e cientista político Rui Ramos procura, logo de início, tornar evidente o engano dessa idéia. Ramos nos mostra que o começo do processo de institucionalização do folclore português estava estreitamente vinculado às expectativas e aos interesses na consolidação dos alicerces da democracia liberal

¹ Graduado em música com mestrado em etnomusicologia.

naquele país. Isso nos esclarece, conseqüentemente, que longe de se apresentar constituído por discursos e práticas que representavam e codificavam, de forma natural ou isenta, “uma gramática para a interpretação da nação” (p. 6), do que seria o verdadeiro espírito lusitano – como pretendia, por exemplo, a “Campanha do Reaportuguesamento de Portugal” em 1910 (p. 30), a “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” em 1934 (p. 155), o “Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal” em 1938 (p. 207) –, a folclorização nesse país foi impulsionada por interesses que se contrastavam e que expressavam tensões e conflitos sociais concretos.

Essa correlação de forças é constatada empiricamente em diversos artigos do livro, os quais procuram esclarecer justamente a complexidade do campo do folclore no Estado Novo, período em que a noção de “identidade nacional” desempenhou um papel político estratégico. Ao abordar a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho – FNAT (p. 37), por exemplo, o historiador Daniel Melo ressalta o caráter paradoxal dessa instituição: se, por um lado, a FNAT desempenhou um importante papel na concretização de um programa oficial de divulgação da cultura popular de Portugal, por outro lado, ela também estimulou o esvaziamento de preciosos componentes de emancipação política e intelectual do trabalhador, ajudando a promover a conciliação entre capital/trabalho e a neutralização de antagonismos sociais quando da modernização econômica e tecnológica em curso no período de expansão capitalista. Já no artigo “SNI e os ranchos folclóricos” (p. 191), a antropóloga Vera Marques Alves nos mostra a ironia da incompatibilidade e do distanciamento que existia entre o Secretariado Nacional de Informação (SNI), órgão responsável pela construção da imagem cultural de Portugal (principalmente no âmbito internacional), e os ranchos folclóricos portugueses, agrupamentos considerados pelos especialistas como mais representativos e autênticos da cultura desse país.

Mas não foi apenas no seio das instituições de Estado que tais tensões e conflitos se manifestaram. Ainda nesses mesmos artigos, encontramos trabalhos como, por exemplo, o da doutora em estudos performativos, Kinberly DaCosta Holton (p. 143), que aborda o parentesco cultural dos ranchos folclóricos portugueses (mais especificamente o do Rancho Folclórico de Sobrecelo, que foi tomado como estudo de caso) procurando desvendar suas principais estratégias de adaptação e/ou resistência às mais diversas mudanças políticas e culturais ocorridas entre os períodos do Estado Novo e pós-revolucionário. Assim como, também, o artigo do antropólogo Paulo Maximino (p. 375) que, partindo da noção de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm, procura demonstrar como a tradição que envolve a figura do campino, enquanto representante da região do Ribatejo, está associada a um processo construtivo de identidades sociais específicas. Isso sem falar nos mais diversos protagonistas abordados, como o padre Antônio Marvão (1903-1993), uma das principais figuras responsáveis pelas pesquisas sobre o canto alentejano no início do século XX (p. 455), o militar Manuel Augusto de Almeida Campos (1890-1956), que contribuiu para a circunscrição da idéia de povo ao mundo rural e para a importância dos músicos militares na produção musical no interior de Portugal (p. 441), e muitos outros atores sociais que, direta ou indiretamente, foram também responsáveis pela caracterização dos rostos, vozes e sotaques nesse processo de concretização da institucionalização do folclore português.

No reconhecimento disso que poderíamos chamar de uma heteroglossia na cultura portuguesa, a qual permeou por muito tempo e aos sussurros todo o projeto político de construção da unidade nacional de Portugal, a etnografia é apresentada como um dos

principais pontos de reflexão: ela deixa de ser encarada como uma metodologia científica capaz de fornecer elementos legítimos para uma representação de uma determinada cultura, para se mostrar permeada por relações e estratégias de poder. Em outras palavras, o que se discute em vários pontos do livro através dessa prática política de representação da alteridade é que aquela suposta possibilidade de se construir um sentido cultural único e atemporal torna-se cada vez mais descartada (ou melhor, descartável), principalmente no mundo pós-1970, onde a globalização da economia, a reestruturação do processo produtivo e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e de transporte, intensificaram e dinamizaram cada vez mais a produção, a distribuição e o consumo de sentidos culturais diversificados.

Essa descartabilidade (se assim podemos dizer) é argumentada, principalmente, no artigo “Portugal em fim de século”, da socióloga Idalina Conde. Ao traçar um breve panorama da diversidade das dinâmicas culturais portuguesas nas últimas décadas do século XX, mais especificamente quando da institucionalização da democracia (com o 25 de Abril de 1974) e sua posterior adesão à União Européia na década de 1980, Conde escreve que é num “entrelaçamento de tempos que se define a contemporaneidade, em temporalidades de intensidades divergentes, mostrando como nada será mais difícil que encontrar o presente do nosso tempo quando se procura apenas um presente” (p. 60). Essa multitemporalidade, assim como todos seus suportes materiais, é apresentada como um dos principais elementos transgressores dos limites entre aquela suposta identidade portuguesa e a sua atual diáspora, a qual é entendida como algo que vai além do que uma simples questão espacial. Em “Folclorização e identidade crioula no bairro português de Malaca” (p. 587), por exemplo o antropólogo Brian Juan O’Neill nos traz uma dúvida bastante valiosa em relação a materialidade desses limites ao apontar para a diversidade de elementos que participam da construção, já na década de 1990, de uma suposta autenticidade da cultura portuguesa de Malaca: “o que estaremos a deformar ou a desvirtuar, quando indagamos se são autênticas as prestações dos ranchos folclóricos do bairro?” (p. 597).

Em linhas gerais, poderíamos dizer (já num sotaque *bourdiesiano*) que *Vozes do Povo* é uma obra que se apropria do folclore português para nos oferecer amostras bastante concretas de como o Estado Cultural (entendendo, com isso, a cultura enquanto um campo dotado de instituições, mecanismos de produção e instrumentos de regulação próprios), ainda não foi totalmente destituído de seus mais diversos e contraditórios suportes ideológicos.